



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
<u>Lei Federal nº 13.632, de 6 de março de 2018</u>	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida.
<u>Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018</u>	Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.
<u>Decreto Federal nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018</u>	Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.
<u>Medida Provisória nº 818, de 11 de janeiro de 2018</u>	Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da MetrÓpole, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
<u>Lei Federal nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018</u>	DispÕe sobre o serviço telefÕnico de recebimento de denÙncias e sobre recompensa por informaçoes que auxiliem nas investigaçoes policiais; e altera o art. 4º da Lei no 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança PÙblica para esses fins.
<u>Medida Provisória nº 813, de 26 de dezembro de 2017</u>	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor PÙblico - PASEP.
<u>Lei Federal nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017</u>	DispÕe sobre a prorrogaçoes dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção.
<u>Decreto Federal nº 9.242, de 15 de dezembro de 2017</u>	Altera o Decreto nº 6.558, de 8 de setembro de 2008, que institui a hora de verão em parte do território nacional.
<u>Decreto Federal nº 9.233, de 7 de dezembro de 2017</u>	Promulga a Emenda ao Artigo 1º da Convenção sobre Proibiçoes ou Restriçoes ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados e o Protocolo sobre Restos Explosivos de Guerra - Protocolo V da Convenção de 1980.
<u>Decreto Federal de 29 de novembro de 2017</u>	DispÕe sobre o Conjunto MÍNimo de Dados da Atenção à SaÙde.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Federal nº 13.522, de 27 de novembro de 2017</u>	Altera a Lei n o 11.664, de 29 de abril de 2008, para estabelecer que serão desenvolvidas estratégias intersetoriais específicas para mulheres com dificuldade de acesso às ações de saúde relativas a prevenção, detecção, tratamento e controle dos cânceres do colo uterino e de mama.
<u>Decreto Federal nº 9.204, de 23 de novembro de 2017</u>	Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 9.197, de 14 de novembro de 2017</u>	Institui o Programa Emergencial de Ações Sociais para o Estado do Rio de Janeiro e os seus Municípios.
<u>Decreto Federal nº 9.190, de 1º de novembro de 2017</u>	Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.
<u>Decreto Federal nº 9.187, de 1º de novembro de 2017</u>	Regulamenta a prorrogação das concessões de geração de energia termelétrica de que trata a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 9.186, de 1º de novembro 2017</u>	Dispõe sobre a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.
<u>Decreto Federal nº 9.179, de 23 de outubro de 2017</u>	Altera o Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, para dispor sobre conversão de multas.
<u>Decreto Federal nº 9.177, de 23 de outubro de 2017</u>	Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras.
<u>Decreto Federal nº 9.175, de 18 de outubro de 2017</u>	Regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.
<u>Decreto Federal nº 9.172, de 17 de outubro de 2017</u>	Institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões - Sirene, dispõe sobre os instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima a que se refere o inciso XIII do caput do art. 6º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera o Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, que regulamenta a referida Política.
<u>Lei Federal nº 13.493, de 17 de outubro de 2017</u>	Estabelece o Produto Interno Verde (PIV), em cujo cálculo será considerado o patrimônio ecológico nacional. <u>Mensagem de veto</u>



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Federal nº 13.490, de 10 de outubro de 2017</u>	Altera o art. 53 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre doações às universidades.
<u>Lei Federal nº 13.484, de 26 de setembro de 2017</u>	Altera a Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.
<u>Lei Federal nº 13.479, de 05 de setembro de 2017</u>	Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (Pro-Santas Casas) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.477, de 30 de agosto de 2017</u>	Dispõe sobre a instalação de cerca eletrificada ou energizada em zonas urbana e rural. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.478, de 30 de agosto de 2017</u>	Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado.
<u>Lei Federal nº 13.474, de 23 de agosto de 2017</u>	Transforma a Autoridade Pública Olímpica (APO) na Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo); altera a Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006; revoga a Lei no 12.396, de 21 de março de 2011; e dá outras providências. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Decreto Federal nº 9.144, de 22 de agosto de 2017</u>	Dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.
<u>Decreto Federal nº 9.143, de 22 de agosto de 2017</u>	Regulamenta o § 4º do art. 27 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e o § 13 do art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, altera o Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004, o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, o Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e o Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, para dispor sobre a concessão e a comercialização de energia elétrica, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 9.127, de 16 de agosto de 2017</u>	Altera o Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, para incluir o comércio varejista de supermercados e de hipermercados no rol de atividades autorizadas a funcionar permanentemente aos domingos e aos feriados civis e religiosos.
<u>Decreto nº 9.117, de 4 de agosto de 2017</u>	Altera o Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, das rodovias federais que menciona.
<u>Medida Provisória nº</u>	Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Programa de



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>792, de 26 de julho de 2017</u>	Desligamento Voluntário, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
<u>Medida provisória nº 791, de 25 de julho de 2017</u>	Cria a Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral.
<u>Decreto Federal nº 9.094, de 17 de julho de 2017</u>	Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário.
<u>Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017</u>	Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
<u>Lei Federal nº 13.454, de 23 de junho de 2017</u>	Autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.
<u>Decreto Federal nº 9.076, de 07 de junho de 2017</u>	Dispõe sobre a Conferência Nacional das Cidades.
<u>Decreto Federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017</u>	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
<u>Lei Federal nº 13.444, de 11 de maio de 2017</u>	Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN). <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.443, de 11 de maio de 2017</u>	Altera a Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.
<u>Decreto Federal nº 9.036, de 20 de abril de 2017</u>	Dispõe sobre a priorização de políticas de fomento aos projetos de empreendimentos públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
<u>Decreto Federal nº 9.034, de 20 de abril de 2017</u>	Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.
<u>Decreto Federal nº</u>	Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>9.013, de 29 de março de 2017</u>	7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem.
<u>Medida Provisória nº 772, de 29 de março de 2017</u>	Altera a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal.
<u>Decreto Federal nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016</u>	Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
<u>Lei Federal nº 13.366, de 1 de dezembro de 2016</u>	Altera as Leis nos 10.260, de 12 de julho de 2001, que "dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências", para atribuir às instituições de ensino responsabilidade parcial pela remuneração dos agentes operadores do Fundo, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para vedar a concessão de tutela antecipada que tenha por objeto a autorização para o funcionamento de curso de graduação por instituição de educação superior.
<u>Decreto Federal nº 8.916, de 25 de novembro de 2016</u>	Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais de transportes para implantação de investimentos por meio de novas parcerias com o setor privado.
<u>Medida Provisória nº 752, de 24 de novembro de 2016</u>	Dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria que especifica e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 13.362, de 23 de novembro de 2016</u>	Altera a Lei no 11.664, de 29 de abril de 2008, que "dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS", para assegurar o atendimento às mulheres com deficiência.
<u>Medida Provisória nº 751, de 9 de novembro de 2016</u>	Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 8.897, de 07 de novembro de 2016</u>	Revoga o Decreto nº 99.268, de 31 de maio de 1990, que cria a Loteria Federal sob a modalidade instantânea.
<u>Lei nº 13.352, de 27 de outubro de 2016</u>	Altera a Lei no 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Federal nº 13.351, de 25 de outubro de 2016</u>	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016. <u>Mensagem de veto.</u>
<u>Decreto Federal nº 8.885, de 24 de outubro de 2016</u>	Aprova o Estatuto da Cruz Vermelha Brasileira.
<u>Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016</u>	Altera a Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão.
<u>Medida Provisória nº 744, de 01 de setembro de 2016</u>	Altera a Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.
<u>Decreto Federal nº 8.828, de 02 de agosto de 2016</u>	Altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.
<u>Lei Federal nº 13.329, de 01 de agosto de 2016</u>	Altera a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB, com o objetivo de estimular a pessoa jurídica prestadora de serviços públicos de saneamento básico a aumentar seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.323, de 28 de julho de 2016</u>	Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.322, de 28 de julho de 2016</u>	Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016, 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e 8.010, de 29 de março de 1990; e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 8.819, de 21 de julho de 2016</u>	Altera o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, que estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre

Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

	normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal.
<u>Decreto Federal nº 8.816, de 20 de julho de 2016</u>	Regulamenta a Lei nº 13.284, de 10 de maio de 2016, para dispor sobre a reserva de assentos para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.
<u>Decreto Federal nº 8.808, de 15 de julho de 2016</u>	Estabelece regras especiais para concessão de diárias para servidores e militares em decorrência dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
<u>Lei Federal nº 13.312, de 12 de julho de 2016</u>	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para tornar obrigatória a medição individualizada do consumo hídrico nas novas edificações condominiais.
<u>Lei Federal nº 13.311, de 11 de julho de 2016</u>	Institui, nos termos do caput do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas.
<u>Lei Federal nº 13.308, de 6 de julho de 2016</u>	Altera a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, determinando a manutenção preventiva das redes de drenagem pluvial.
<u>Lei Federal nº 13.307, de 6 de julho de 2016</u>	Dispõe sobre a forma de divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes de projetos esportivos, paraesportivos e culturais e de produções audiovisuais e artísticas.
<u>Lei Federal nº 13.305, de 04 de julho de 2016</u>	Acrescenta art. 19-A ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que "institui normas básicas sobre alimentos", para dispor sobre a rotulagem de alimentos que contenham lactose.
<u>Decreto Federal nº 8.792, de 29 de junho de 2016</u>	Altera o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre os custos com prestação de serviços e o fornecimento de equipamentos e materiais indispensáveis à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
<u>Lei Federal nº 13.302, de 27 de junho de 2016</u>	Reajusta a remuneração dos servidores do Senado Federal e disciplina o pagamento de parcelas remuneratórias devidas a esses servidores. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Lei Federal nº 13.301, de 27 de junho de 2016</u>	Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika; e altera a Lei no 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

	Mensagem de veto
Lei Federal nº 13.298, de 20 de junho de 2016	Estabelece a reincorporação pela União dos trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória no 82, de 7 de dezembro de 2002.
Lei Federal nº 13.293, de 1º de junho de 2016	Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que “concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios”, para acrescentar os Estados do Amazonas, do Pará, do Acre, do Mato Grosso do Sul e do Paraná.
Lei Federal nº 13.290, de 23 de maio 2016	Torna obrigatório o uso, nas rodovias, de farol baixo aceso durante o dia e dá outras providências. Mensagem de veto
Decreto Federal nº 8.778, de 16 de maio de 2016	Altera o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200).
Medida Provisória nº 727, de 12 de maio de 2016	Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e dá outras providências.
Decreto Federal nº 8.772, de 11 de maio de 2016	Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.
Decreto Federal nº 8.754, de 10 de maio de 2016	Altera o Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
Lei Federal nº 13.284, de 10 de maio de 2016	Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e aos eventos relacionados, que serão realizados no Brasil; e altera a Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009, que “institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal”, e a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que “dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016”.
Decreto Federal nº 8.752, de 9 de maio de 2016	Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Decreto Federal nº 8.740, de 4 de maio de 2016</u>	Altera o Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, para dispor sobre a experiência prática do aprendiz.
<u>Decreto Federal nº 8.737, de 3 de maio de 2016</u>	Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
<u>Lei Federal nº 13.280, de 3 de maio de 2016</u>	Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.
<u>Lei Federal nº 13.278, de 2 de maio de 2016</u>	Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.
<u>Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016</u>	Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.
<u>Decreto Federal nº 8.716, de 20 de abril de 2016</u>	Institui o programa de prevenção e proteção individual de gestantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica contra o Aedes aegypti.
<u>Lei Federal nº 13.271, de 15 de abril de 2016</u>	Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Decreto Federal nº 8.714, de 15 de abril de 2016</u>	Aprova o Estatuto da Cruz Vermelha Brasileira.
<u>Lei Federal nº 13.270, de 13 de abril de 2016</u>	Altera o art. 6º da Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina.
<u>Lei Federal nº 13.269, de 13 de abril de 2016</u>	Autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna.
<u>Lei Federal nº 13.263, de 23 de março 2016</u>	Altera a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, para dispor sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional.
<u>Lei Federal nº 13.261, de 22 de março de 2016</u>	Dispõe sobre a normatização, a fiscalização e a comercialização de planos de assistência funerária. <u>Mensagem de veto</u>
<u>Decreto Federal nº 8.692, de 16 de março</u>	Regulamenta o controle de dopagem a que se refere a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>de 2016</u>	
<u>Decreto Federal nº 8.662, de 1 de fevereiro de 2016</u>	Dispõe sobre a adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos do mosquito <i>Aedes aegypti</i> , no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, e cria o Comitê de Articulação e Monitoramento das ações de mobilização para a prevenção e eliminação de focos do mosquito <i>Aedes aegypti</i> .
<u>Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016</u>	Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
<u>Lei Federal nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015</u>	Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.
<u>Lei Federal nº 13.236, de 29 de dezembro de 2015</u>	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que "dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências", para estabelecer medidas que inibam erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos.
<u>Lei Federal nº 13.235, de 29 de dezembro de 2015</u>	Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para equiparar o controle de qualidade de medicamentos similares ao de medicamentos genéricos.
<u>Decreto Federal nº 8.619, de 29 de dezembro de 2015</u>	Dispõe sobre o apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil para o atendimento em creches de crianças de zero a quarenta e oito meses cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família.
<u>Medida Provisória nº 703, de 18 de dezembro de 2015</u>	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência.
<u>Decreto Federal nº 8.587, de 11 de dezembro de 2015</u>	Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF e altera o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010.
<u>Medida Provisória nº 700, de 8 de dezembro de 2015</u>	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Decreto Federal nº 8.572, de 13 de novembro de 2015</u>	Altera o Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004, que regulamenta o art. 20, inciso XVI, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.
<u>Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015</u>	Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).
<u>Lei nº 13.184, de 4 de novembro de 2015</u>	Acrescenta § 2º ao art. 44 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a matrícula do candidato de renda familiar inferior a dez salários mínimos nas instituições públicas de ensino superior.
<u>Decreto Federal nº 8.552, de 3 de novembro de 2015</u>	Regulamenta a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e de produtos de puericultura correlatos.
<u>Lei Federal nº 13.179, de 22 de outubro de 2015</u>	Obriga o fornecedor de ingresso para evento cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.
<u>Lei Federal nº 13.178, de 22 de outubro de 2015</u>	Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei no 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei no 9.871, de 23 de novembro de 1999.
<u>Decreto Federal nº 8.541, de 13 de outubro de 2015</u>	Estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público no uso de veículos oficiais e nas compras de passagens aéreas para viagens a serviço.
<u>Decreto Federal nº 8.540, de 9 de outubro de 2015</u>	Estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos.
<u>Lei Federal nº 13.168, de 6 de outubro de 2015</u>	Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
<u>Decreto Federal nº 8.537, de 5 de outubro de 2015</u>	Regulamenta a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e para estabelecer os procedimentos e os critérios para a reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual.
<u>Medida Provisória nº 689, de 31 de agosto de</u>	Altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>2015</u>	
<u>Decreto Federal nº 8.500, de 12 de agosto de 2015</u>	Altera o Decreto nº 4.892, de 25 de novembro 2003, que regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária.
<u>Medida Provisória nº 681, de 10 de julho de 2015</u>	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito.
<u>Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015</u>	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
<u>Medida Provisória nº 679, de 23 de junho de 2015</u>	Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, de que trata a Lei no 12.035, de 1o de outubro de 2009, e altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, a Lei nº 12.035, de 2009, que institui o Ato Olímpico, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.
<u>Medida Provisória nº 678, de 23 de junho de 2015</u>	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas.
<u>Decreto Federal nº 8.468, de 17 de junho de 2015</u>	Altera o Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, que delega competência para a prática dos atos que menciona.
<u>Decreto Federal nº 8.464, de 8 de junho de 2015</u>	Altera o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, que regulamenta o disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.
<u>Lei Federal nº 13.116, de 20 de abril de 2015</u>	Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.
<u>Decreto Federal nº 8.420, de 18 de março de 2015</u>	Regulamenta a Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 13.089, de</u>	Institui o Estatuto da Metrôpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>12 de janeiro de 2015</u>	julho de 2001, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 8.381, de 29 de dezembro de 2014</u>	Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.
<u>Lei Federal nº 13.045, de 25 novembro de 2014</u>	Altera as Leis nos 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que “regula o § 7o do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”, e 10.289, de 20 de setembro de 2001, que “institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata”, a fim de garantir maior efetividade no combate à doença.
<u>Medida Provisória nº 657, de 13 de outubro de 2014</u>	Altera a Lei no 9.266, de 15 de março de 1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 13.022, de 8 agosto de 2014</u>	Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.
<u>Lei Federal nº 13.025, de 03 setembro de 2014</u>	Altera o art. 1o da Lei no 10.714, de 13 de agosto de 2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.
<u>Medida Provisória nº 653, de 8 de agosto de 2014</u>	Altera a Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.
<u>Lei Federal nº 13.021, de 8 agosto de 2014</u>	Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas.
<u>Lei Federal nº 13.019, de 31 julho de 2014</u>	Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.
<u>Lei Federal nº 13.006, de 26 junho de 2014</u>	Acrescenta § 8o ao art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Federal nº 13.003, de 24 junho de 2014</u>	Altera a Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, com a redação dada pela Medida Provisória no 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras e seus prestadores de serviços.
<u>Lei Federal nº 12.990, de 9 junho de 2014</u>	Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
<u>Decreto Federal nº 8.262, de 31 de maio de 2014</u>	Altera o Decreto nº 2.018, de 1º de outubro de 1996, que regulamenta a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.
<u>Lei Federal nº 12.982, de 28 maio de 2014</u>	Altera a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica.
<u>Decreto Federal nº 8.135, de 4 de novembro de 2013.</u>	Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.
<u>Decreto Federal nº 8.112, de 30 de setembro de 2013.</u>	Altera o Decreto no 6.558, de 8 de setembro de 2008, que institui a hora de verão em parte do território nacional, para excluir o Estado do Tocantins de sua abrangência.
<u>Lei Federal 12.862, de 17 de setembro de 2013.</u>	Altera a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de incentivar a economia no consumo de água.
<u>Decreto Federal de 10 de setembro de 2013.</u>	Autoriza o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, o domínio útil de imóvel urbano pertencente à Companhia Docas do Rio de Janeiro S.A., destinado à implantação da urbanização da área portuária, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 8.083, de 26 de agosto de 2013.</u>	Altera o Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, que dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 8.063, de 1º de agosto de 2013</u>	Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, aprova o seu Estatuto Social, e dá outras providências.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013</u>	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 12.842, de 10 de julho de 2013</u>	Dispõe sobre o exercício da Medicina.
<u>Lei Federal nº 12.840, de 9 de julho de 2013</u>	Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.
<u>Decreto Federal nº 8.040, de 8 de julho de 2013.</u>	Institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo do Programa Mais Médicos e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 12.836, de 2 de julho de 2013.</u>	Altera os arts. 2º, 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.
<u>Lei Federal nº 12.799, de 10 de abril de 2013.</u>	Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.
<u>Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.</u>	Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço e sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica; altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 11.508, de 20 de julho de 2007, 11.484, de 31 de maio de 2007, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.492, de 10 de setembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências. (Conversão da Medida Provisória nº 577, de 29 de agosto de 2012)
<u>Lei Federal nº 12.732, de 22 de novembro de 2012.</u>	Dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início.
<u>Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.</u>	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 12.605, de 3 de abril de 2012.</u>	Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.
<u>Lei Federal nº 12.603, de 3 de abril de 2012.</u>	Altera o inciso I do § 4º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para beneficiar a educação a distância com a redução de custos em meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do Poder Público.
<u>Decreto Federal nº</u>	Altera o Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, para alterar o



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>7.682, de 28 de fevereiro de 2012.</u>	rol de grandes eventos abrangidos pelas competências da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça.
<u>Decreto Federal nº 7.657, de 23 de dezembro de 2011.</u>	Altera o <u>Decreto nº 7.403, de 23 de dezembro de 2010</u> , que estabelece regra de transição para destinação das parcelas de royalties e de participação especial devidas à administração direta da União em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal contratadas sob o regime de concessão, de que trata o § 2º do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
<u>Decreto Federal nº 7.592, de 28 de outubro de 2011.</u>	Determina a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos até a publicação do Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, e dá outras providências.
<u>Decreto Federal nº 7.581, de 11 outubro de 2011.</u>	Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011.
<u>Lei Federal nº 12.436, de 6 de julho de 2011.</u>	Veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais.
<u>Decreto Federal, de 14 de janeiro de 2011.</u>	Declara luto oficial.
<u>Lei Federal nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010.</u>	Altera as <u>Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993</u> , <u>8.958, de 20 de dezembro de 1994</u> , e <u>10.973, de 2 de dezembro de 2004</u> ; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.
<u>Lei Federal nº 12.301, 28 de julho de 2010.</u>	Declara o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas - Feira Nordestina de São Cristóvão Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.
<u>Decreto Federal nº 7.203, de 4 de junho de 2010.</u>	Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.
<u>Lei Federal nº 12.120, de 15 de dezembro de 2009.</u>	Altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Federal nº 11.481, de 31 de maio de 2007.</u>	Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998 e 8.666 de 21 de junho de 1993.
<u>Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.</u>	Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e altera artigos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
<u>Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.</u>	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
<u>Decreto Federal nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002.</u>	Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.
<u>Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.</u>	Institui a modalidade de licitação denominada pregão.
<u>Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.</u>	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
<u>Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.</u>	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992.</u>	Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

Legislação Estadual	
Legislação	Ementa
<u>Lei Estadual nº 7.903, de 9 de março de 2018</u>	Dispõe sobre a disponibilização de transporte especial em estabelecimentos comerciais e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7892, de 6 de março de 2018</u>	Altera a lei nº 3.269, de 15 de outubro de 1999, que dispõe sobre a criação da licença para doação de sangue no serviço público estadual.
<u>Lei Estadual nº 7886, de 02 de março de 2018</u>	Institui o Programa de Conscientização, Combate e Prevenção Contra a Violência aos Profissionais nas unidades de saúde públicas e privadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7884, de 02 de março de 2018</u>	Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7883, de 02 de março de 2018</u>	Institui o Programa de Segurança e Saúde no Trabalho dos Agentes de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7882, de 02 de março de 2018</u>	Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Capacitação de Agentes de Saúde para viabilizar o conhecimento da Lei Maria da Penha e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7875, de 02 de março de 2018</u>	Dispõe sobre a reserva de no mínimo 5% (cinco por cento) das vagas de emprego na área da construção civil de obras públicas para pessoas do sexo feminino.
<u>Lei Estadual nº 7874, de 02 de março de 2018</u>	Determina que, em todos os hospitais gerais do Estado do Rio de Janeiro em que existam unidades de internação psiquiátrica, sejam disponibilizados leitos e tratamento para pessoas com transtorno mental, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7866, de 17 de janeiro de 2018</u>	Dispõe sobre a reserva de leitos nos estabelecimentos hospitalares públicos ou privados, para tratamento específico de dependentes químicos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7863, de 17 de janeiro de 2018</u>	Dispõe sobre o acompanhamento psicológico de pacientes com câncer nas unidades de saúde pública estadual e privados conveniados ao sistema único de saúde - sus e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7862, de 17 de janeiro de 2018</u>	Altera a Lei Estadual nº 6.642, de 18 de dezembro de 2013, proibindo a exigência do documento oficial para isenção da taxa.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Estadual nº 7861, de 15 de janeiro de 2018</u>	Altera a Lei 5.451, de 22 de maio de 2009, que "estabelece normas voltadas para a Lei de Responsabilidade Educacional do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei estadual nº 7860, de 15 de janeiro de 2018</u>	Institui a Política Estadual de busca de pessoas desaparecidas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7859, de 15 de janeiro de 2018</u>	O Poder Executivo, através do DETRAN/RJ, poderá receber o pagamento de multas através de cartões de débito e crédito.
<u>Lei Estadual nº 7856, de 15 de janeiro de 2018</u>	Cria o programa de prevenção ao assédio nos transportes coletivos públicos e privados, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7853, de 15 de janeiro de 2018</u>	Altera a Lei nº 4.896, de 08 de novembro de 2006, para regulamentar a oferta de serviços e produtos por telefone, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7847, de 15 de janeiro de 2018</u>	Altera a Lei nº 2.621, de 11 de setembro de 1996, para incluir a anotação do uso de marca passo cardíaco nos documentos de identificação expedidos pelos órgãos oficiais do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7846, de 15 de janeiro de 2018</u>	Altera a Lei nº 4508, de 11 de janeiro de 2005 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7842, de 10 de janeiro de 2018</u>	Institui, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a carteira de identificação do portador de diabetes.
<u>Lei Estadual nº 7841, de 10 de janeiro de 2018</u>	Veda a inclusão de taxa de serviço na conta do consumidor, em razão da opção pela modalidade de comércio de alimentos e peso e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7840, de 10 de janeiro de 2018</u>	Estabelece a obrigatoriedade de medidas de acessibilidade e adaptação de sanitários nos estabelecimentos comerciais, de serviços e nas repartições públicas, para utilização pelos portadores de nanismo ou baixa estatura, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7838, de 10 de janeiro de 2018</u>	Autoriza as maternidades públicas do Estado do Rio de Janeiro a distribuir, gratuitamente, repelente para as gestantes.
<u>Lei Estadual nº 7835, de 09 de janeiro de 2018</u>	Estabelece multa e manda retirar do ar toda e qualquer veiculação publicitária misógina, sexista ou estimuladora de agressão e violência sexual no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7832, de 08</u>	Dispõe sobre a criação de Programa de Prevenção da Saúde



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>de janeiro de 2018</u>	Cardiovascular da mulher e do homem no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7830, de 03 de janeiro de 2018</u>	Altera a Lei 4.510, de 13 de janeiro de 2005, reconhecendo o direito à gratuidade nos transportes aos estudantes das redes públicas municipal e federal, como previsto na Lei 3.339, de 29 de dezembro de 1999.
<u>Lei Estadual nº 7828, de 02 de janeiro de 2018</u>	Altera a Lei nº 4.705, de 9 de janeiro de 2006, que autoriza o Poder Executivo a implantar, nas unidades da rede estadual de saúde, os serviços de profissionais intérpretes da língua brasileira de sinais-libra, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7821, de 20 de dezembro de 2017</u>	Autoriza o poder executivo a assegurar às pessoas com deficiência a carteira de identidade diferenciada e um crachá de identificação que reúnam informações sobre a saúde do portador.
<u>Lei Estadual nº 7816, de 15 de dezembro de 2017</u>	Fica o Poder Executivo autorizado a fomentar projetos esportivos de educação física para os alunos da rede pública de ensino nos clubes sociais sediados no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7814, de 15 de dezembro de 2017</u>	Proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, higiene pessoal, perfumes, limpeza e seus componentes, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo de proibições e sanções previstas em outros dispositivos legais: municipal, estadual ou federal, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7813, de 15 de dezembro de 2017</u>	Dispõe sobre o serviço de empacotador nos caixas para pessoas com ou mais 60 (sessenta) anos, portadores de deficiência, gestantes e pessoas com criança de colo.
<u>Lei Estadual nº 7812, de 15 de dezembro de 2017</u>	Torna obrigatória a instalação de placas de sinalização alertando os motoristas sobre a presença de ciclistas nas rodovias do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7810, de 15 de dezembro de 2017</u>	Dispõe sobre a cobrança de tarifa social pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) aos grêmios recreativos escolas de samba e aos grêmios e clubes sócio-recreativos.
<u>Lei Estadual nº 7.809, de 15 de dezembro de 2017</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de a Administração Pública Estadual informar à Receita Federal e ao servidor público bombeiro e policial militares sobre os valores indevidamente descontados de seu contracheque, nos casos que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7807, de 15 de dezembro de 2017</u>	Institui o procedimento de inserção nos sistemas de informação de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, as medidas



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

	protetivas de urgência previstas na Lei Federal 11.340/2006, expedidas pelo Poder Judiciário do Estado.
<u>Lei Estadual nº 7806, de 12 de dezembro de 2017</u>	Dispõe, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, sobre o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7803, de 06 de dezembro de 2017</u>	Institui o programa de treinamento continuado destinado a policiais civis, militares, bombeiros militares e agentes penitenciários do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7799, de 04 de dezembro de 2017</u>	Dispõe no âmbito do Estado do Rio de Janeiro sobre as Unidades de Polícia Pacificadoras e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7797, de 04 de dezembro de 2017</u>	Torna obrigatória a divulgação das informações profissionais e curriculares dos médicos, em clínicas e hospitais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7796, de 04 de dezembro de 2017</u>	Fica proibida a venda das substâncias Hidrogel e Polimetilmetacrilato - PMMA sem prescrição médica no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7789, de 21 de novembro de 2017</u>	Institui o estímulo à realização do "exame do cotonete" - exame de cultura de Streptococcus B, em todas as gestantes que realizam o pré-natal nos hospitais, maternidades e congêneres públicas e particulares no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7785, de 13 de novembro de 2017</u>	Estabelece prioridade de atendimento, na forma em que menciona, para pessoas que realizam tratamento de quimioterapia, radioterapia, hemodiálise ou utilizem bolsa de colostomia, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7784, de 13 de novembro de 2017</u>	Proíbe a venda da substância constituída de vidro moído e cola (cerol) e o seu uso; proíbe, ainda, a venda da linha encerada com quartzo moído, algodão e óxido de alumínio, denominada "linha chilena", ou de qualquer produto utilizado na prática de soltar pipas, que possua elementos cortantes, revogando as Leis nºs 3.278, de 29 de outubro de 1999, e a Lei nº 2.111, de 28 de abril de 1993, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7783, de 13 de novembro de 2017</u>	Altera a Lei nº 7.202, de 8 de janeiro 2016, que proíbe a cobrança de taxa de repetência, taxa sobre disciplina eletiva e taxa de prova, por parte das instituições particulares de ensino superior no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Estadual nº 7777, de 09 de novembro de 2017</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da Lei Federal nº 13.111, de 25 de março de 2015 e da portaria PRES-Detran-RJ nº 3759, de 17 de outubro de 2006 por empresas comercializadoras de veículos novos e usados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7776, de 09 de novembro de 2017</u>	Proíbe recebimento de obra pública, executada ou financiada por ente público estadual, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7775, de 06 de novembro de 2017</u>	Altera a Lei nº: 5.645, de 06 de janeiro de 2010, que consolida a legislação relativa às datas comemorativas, para instituir, no calendário oficial do Estado do Rio de Janeiro, o "Dia de doar".
<u>Lei Estadual nº 7774, de 06 de novembro de 2017</u>	Autoriza o Poder Executivo a implantar o programa estadual de assistência psicológica aos pais, cônjuge companheiro(a) e filhos de vítimas decorrente de roubo seguido de morte no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7773, de 06 de novembro de 2017</u>	Determina que os produtos de vestuário, cama, mesa, banho e calçados, apreendidos pela Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro-SEFAZ, sejam destinados aos programas das Secretarias de Estado e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7772, de 06 de novembro de 2017</u>	Dispõe sobre a criação de reservatórios para escoamento e reuso do excesso de águas pluviais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7769, de 06 de novembro de 2017</u>	Dispõe sobre a cobrança de taxa de matrícula nas instituições particulares de ensino superior.
<u>Lei Estadual nº 7767, de 31 de outubro de 2017</u>	Institui, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a política estadual de incentivo e fomento à comercialização de alimentos em veículos de propulsão humana e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7765, de 31 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre a comercialização de utensílios infantis customizados com cristais e outros adornos em seu acabamento.
<u>Lei Estadual nº 7759, de 23 de outubro de 2017</u>	Autoriza o Poder Executivo a determinar que todas as escolas e instituições de ensino, públicas e privadas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, procedam a instalação de placa informativa para a divulgação do telefone do conselho tutelar de sua circunscrição, do telefone designado pelo ato Anatel nº 42.078, de 29 de janeiro de 2004, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7757, de 23 de outubro de 2017</u>	Garante, às mulheres vítimas de violência doméstica, do tráfico de pessoas ou de exploração sexual, prioridade nos programas habitacionais implementados pelo Estado do Rio de Janeiro.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Estadual nº 7753, de 17 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre a instituição do programa de integridade nas empresas que contratarem com a administração pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7747, de 16 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre reserva de vagas para população com hipossuficiência econômica nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos integrantes dos quadros permanentes de pessoal dos poderes executivo, legislativo e judiciário e das entidades da administração indireta do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7744, de 11 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre a doação de brinquedos, equipamentos e materiais de uso infanto-juvenil apreendidos para programas de amparo à criança e ao adolescente.
<u>Lei Estadual nº 7743, de 11 de outubro de 2017</u>	Autoriza o poder executivo a adotar sinalização de advertência que informe a ocorrência de acidentes de trânsito nas rodovias do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7742, de 11 de outubro de 2017</u>	Cria a Política Estadual de Educação de Consumo Sustentável no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7740, de 09 de outubro de 2017</u>	Altera a Lei nº 7010/2015, que dispõe sobre o sistema de revista de visitantes nos estabelecimentos prisionais do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7738, de 09 de outubro de 2017</u>	Autoriza medidas de promoção de educação para o trânsito de bicicletas e similares, a serem implementadas pelo DETRAN/RJ.
<u>Lei Estadual nº 7737, de 09 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre a criação da Política Estadual de captação de doadores de sangue.
<u>Lei Estadual nº 7736, de 09 de outubro de 2017</u>	Altera a Lei nº 3.486, de 01 de novembro de 2000, modificando o artº 1º e 3º na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7735, de 09 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre alterações na lei nº 5799, de 20 de agosto de 2010, que institui o programa bolsa-atleta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7734, de 09 de outubro de 2017</u>	Institui a Política Estadual de Barreiras de Segurança nas rodovias Estaduais e Federais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7731, de 09 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de antecipação da quitação do IPVA quando da transferência de propriedade de veículos.
<u>Lei Estadual nº 7726, de 09 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre o cadastro estadual de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

	superior, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7724 de 09, de outubro de 2017</u>	Institui a prática do cine clube nas escolas públicas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7723, de 09 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre o pagamento de meia tarifa de estacionamento para estudantes.
<u>Lei Estadual nº 7722, de 09 de outubro de 2017</u>	Acrescenta o art. 2-a à Lei nº 5.841, de 01 dezembro de 2010, para garantir, aos moradores do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, o uso gratuito dos elevadores de acesso.
<u>Lei Estadual nº 7721, de 09 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de manutenção e operação das estações de tratamento de esgoto das unidades habitacionais dos condomínios do programa de arrendamento residencial (par) pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE).
<u>Lei Estadual nº 7720, de 09 de outubro de 2017</u>	Modifica a Lei nº 4.223, de 24 de novembro de 2003, que "determina obrigações às agências bancárias, no Estado do Rio de Janeiro, em relação ao atendimento dos usuários e dá outras providências".
<u>Lei Estadual nº 7719, de 09 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre a transparência na execução orçamentária do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7717, de 09 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade do pagamento de IPVA dos veículos de propriedade dos servidores do Estado do Rio de Janeiro para realizar vistoria no DETRAN/RJ.
<u>Lei Estadual nº 7716, de 09 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre o incentivo ao conhecimento tecnológico e à atividade inventiva, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7715, de 09 de outubro de 2017</u>	Dispõe sobre a remoção da agente de segurança pública durante o período de gestação ou de aleitamento materno.
<u>Lei Estadual nº 7714, de 09 de outubro de 2017</u>	Altera o art. 66 da Lei nº 443, de 1º de julho de 1981, que "dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-militares do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências", e o art. 63 da Lei nº 880, de 25 de julho de 1985, que "dispõe sobre o Estatuto dos Bombeiros-militares do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências".
<u>Lei Estadual nº 7705, de 02 de outubro de 2017</u>	Veda a exposição do consumidor a constrangimento no uso do cartão magnético e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7700, de 29 de setembro de 2017</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas e laboratórios utilizarem protetor de pescoço em pacientes que



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

	serão submetidos a exames de raio x odontológico, mamografia ou tomografia, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7696, de 26 de setembro de 2017</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade das academias, clubes, associações, escolinhas esportivas e demais organizações que oferecem serviços de atividades físicas, esportivas e similares, de apresentarem profissionais de educação física capacitados para o atendimento de emergência durante todo seu período de funcionamento.
<u>Lei Estadual nº 7695 de 22 de setembro de 2017</u>	Dispõe sobre a criação do cadastro de médicos especialistas no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7687, de 15 de setembro de 2017</u>	Dispõe sobre a inserção de advertência quanto ao uso de cerol e linha chilena nas pipas fabricadas no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7686, de 12 de setembro de 2017</u>	Altera a Lei nº 2629, de 27 de setembro de 1996, que obriga aos postos de gasolina a fixarem em local visível, tabela de preços de combustíveis.
<u>Lei Estadual nº 7684, de 06 de setembro de 2017</u>	Institui o programa permanente do transplante de medula óssea e da outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7681, de 01 de setembro de 2017</u>	Altera a Lei 4674, de 20 de dezembro de 2005, que proíbe as empresas concessionárias de serviço público, no Estado do Rio de Janeiro, de somente aceitarem pagamento de contas pelo sistema de débito automático.
<u>Lei Estadual nº 7678, de 30 de agosto de 2017</u>	Obriga as empresas prestadoras de serviço de TV por assinatura a expedirem documento descritivo dos pacotes pactuados com os clientes no ato da contratação e em toda e qualquer negociação no decorrer do serviço, desde a adesão.
<u>Lei Estadual nº 7677, de 30 de agosto de 2017</u>	Dispõe sobre a adoção de medidas a fim de disponibilizar nos hospitais públicos do Estado de Rio de Janeiro, material siliconado ou sem a proteína do látex e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7672, de 28 de agosto de 2017</u>	Determina o tombamento, como patrimônio histórico e cultural do Estado do Rio de Janeiro, a Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro, localizada no bairro da Gávea, Município do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7670, de 28 de agosto de 2017</u>	Altera a Lei 4.102, de 05 de maio de 2003, estabelecendo a realização imediata da cirurgia reconstrutiva da mama, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7668, de 28 de agosto de 2017</u>	Dispõe sobre a concessão de nova placa pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-RJ, ao proprietário de veículo



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

	automotor que tiver placa clonada no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7667, de 28 de agosto de 2017</u>	Dispõe sobre os exames a serem realizados na rede pública de saúde e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7661, de 25 de agosto de 2017</u>	Dispõe sobre a divulgação pelos órgãos públicos no Estado do Rio de Janeiro, do direito à gratuidade de serviços bancários considerados essenciais.
<u>Lei Estadual nº 7656, de 20 de julho de 2017</u>	Concede anistia administrativa aos servidores públicos civis e militares estaduais em razão dos movimentos reivindicatórios ocorridos entre setembro e dezembro de 2016.
<u>Lei Estadual nº 7655, de 19 de julho de 2017</u>	Reconhece o Paintball e o Airsoft como desporto, e regulamenta suas práticas e seus equipamentos no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7654, de 19 de julho de 2017</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos benefícios para jovens de baixa renda no serviço de transporte coletivo interestadual.
<u>Lei Estadual nº 7651, de 14 de julho de 2017</u>	Autoriza o Poder Executivo a criar nas escolas públicas e particulares de ensino do Estado do Rio de Janeiro programas de esclarecimentos sobre a alergia alimentar, seus sintomas, suas consequências, os cuidados a serem tomados e as formas de tratamento.
<u>Lei Estadual nº 7641, de 30 de junho de 2017</u>	Autoriza o Poder Executivo a transformar o armazém em frente à Rodoviária Novo Rio em estação de barcas e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7640, de 27 de junho de 2017</u>	Altera dispositivos da Lei 7374/2016, de 14 de julho de 2016, "que dispõe sobre a obrigatoriedade das motocicletas, sujeitas a emplacamento a anual, serem obrigadas a possuírem antenas corta linha de cerol, na forma que menciona".
<u>Lei Estadual nº 7636, de 26 de junho de 2017</u>	Altera a lei nº 3852, de 14 de junho de 2002 que dispõe sobre a publicidade oficial do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7632, de 19 de junho de 2017</u>	Altera a Lei Estadual nº 2235, de 14 de março de 1994, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de casos de racismo pelas delegacias de polícia e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7630, de 19 de junho de 2017</u>	Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Estatuto do Idoso nos aeroportos, terminais ferroviários, hidroviários, metroviários, rodoviários, estabelecimentos bancários, comerciais e de prestação de serviços, no Estado do Rio de Janeiro.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Estadual nº 7621, de 08 de junho de 2017</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos hospitalares públicos e privados, conveniados ou não, a prestar atendimento emergencial e integral a pacientes com suspeita de infarto agudo do miocárdio, com supra desnivelamento do segmento S-T (IAM CSS-T) durante as primeiras 12 (doze) horas do início dos sintomas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7620, de 08 de junho de 2017</u>	Dispõe sobre o tempo máximo de espera nos atendimentos realizados nas lojas das operadoras de telefonia no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7614, de 31 de maio de 2017</u>	Dispõe sobre a comunicação de ausência durante o período escolar, de alunos das escolas públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7609, de 30 de maio de 2017</u>	Dispõe sobre os cuidados com o acúmulo de água parada na instalação de placas de sinalização e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7608, de 30 de maio de 2017</u>	Modifica a Lei nº 6.683, de 15 de janeiro de 2014, que torna obrigatória a inscrição do grupo sanguíneo e do fator RH nas fichas escolares dos alunos da rede pública e particular de ensino, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7607, de 30 de maio de 2017</u>	Altera a Lei nº 6879 de 02 de setembro de 2014 que autoriza o poder executivo a instituir o programa 'consumo responsável' no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7605-A, de 25 de maio de 2017</u>	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.628, de 29 de dezembro de 2009 que institui o bilhete único nos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7604, de 24 de maio de 2017</u>	Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar unidades móveis de prevenção ao câncer de mama e colo do útero, em todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7603, de 24 de maio de 2017</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de cobertura de locais públicos ou privados onde ficam depositados ou estacionados veículos e motocicletas apreendidos em virtude de lei e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7601, de 24 de maio de 2017</u>	Determina a colocação de rampas para auxiliar o embarque para cadeirante nos modais de transporte ferroviário no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7600, de 24 de maio de 2017</u>	Dispõe sobre a venda de carros e motos usados, na forma que menciona.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Estadual nº 7585, de 16 de maio de 2017</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da permanência dos alunos nas dependências das escolas da rede pública estadual que ofereçam o ensino fundamental regular, durante todo o turno em que estejam matriculados, mesmo sem aula no período, no caso de falta de professores.
<u>Lei Estadual nº 7584, de 16 de maio de 2017</u>	Altera a Lei nº 7.011/2015, que dispõe sobre o sistema de revista de visitantes nos estabelecimentos de atendimento ao cumprimento de medidas sócio-educativas privativas de liberdade do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7580, de 15 de maio de 2017</u>	Dispõe sobre a proibição de instalação de dispositivos eletrônicos de velocidade em áreas consideradas de risco e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7579, de 15 de maio de 2017</u>	Dispõe sobre a instalação de placas educativas sobre o uso do cinto de segurança nos postos de gasolina localizados no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7578, de 15 de maio de 2017</u>	Dispõe sobre a prática de educação física adaptada.
<u>Lei Estadual nº 7577, de 15 de maio de 2017</u>	Estabelece a obrigatoriedade de comunicação dos casos de violência à criança ou ao adolescente, pelas Delegacias da Criança e do Adolescente Víctima e outras unidades de Polícia Judiciária, ao Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA) e à Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7576, de 12 de maio de 2017</u>	Estabelece a Política Estadual de Fomento ao Futebol Feminino no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7573, de 10 de maio de 2017</u>	Dispõe sobre a proibição do uso de pneus em estacionamentos ao ar livre como proteção de para-choques, de forma de evitar o acúmulo de água parada e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7572, de 10 de maio de 2017</u>	Altera a Lei nº 5.645, de 06 de janeiro de 2010, e institui a semana de incentivo ao disque-denúncia e outros canais referentes à telefonias anônimos referentes à denúncia no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7570, de 09 de maio de 2017</u>	Dispõe sobre a criação de campanhas permanentes de prevenção, combate e controle da mortalidade infantil em todo o Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7567, de 09 de maio de 2017</u>	Altera a Lei nº 3.618, de 19 de julho de 2001, que torna obrigatória a exibição de fotos, nomes e outras informações



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

	relativas às crianças e adolescentes desaparecidos, nos locais que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7551, de 12 de abril de 2017</u>	Dispõe sobre a obrigação de hospitais, clínicas, consultórios e similares a informar aos pacientes em tratamento de câncer que a reconstrução da mama retirada é feita de forma gratuita nos hospitais públicos do Estado.
<u>Lei Estadual nº 7545, de 29 de março de 2017</u>	Proíbe a comercialização, no Estado do Rio de Janeiro da substância 2,4-dinitrofenol e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7531, de 13 de março de 2017</u>	Altera a Lei 5409, de 16 de março de 2009, que obriga os estabelecimentos de beleza e estética a afixarem a informação que indica e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7521, de 14 de fevereiro de 2017</u>	Obriga a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro – SES - a disponibilizar, diariamente, em seu site, as informações de quantos leitos estão ocupados e livres nas unidades hospitalares credenciadas no Sistema Único de Saúde – SUS, no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7519, de 14 de fevereiro de 2017</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade do DETRAN/Rj disponibilizar informações sobre o exame de alcoolemia (etilômetro, etilotestes ou bafômetro) na sua página na internet e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7513, de 10 de janeiro de 2017</u>	Dispõe sobre a prestação de informações por estabelecimentos que comercializam veículos automotores novos ou usados.
<u>Lei Estadual nº 7510, de 10 de janeiro de 2017</u>	Dispõe sobre a utilização de embalagens retornáveis para acondicionamento, transporte e comercialização de frutas, verduras e legumes com a devida higienização nas centrais de abastecimento do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7509, de 05 de janeiro de 2017</u>	Dispõe sobre o registro e a comunicação dos nascimentos de crianças com síndrome de down nos hospitais do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7500, de 06 de dezembro de 2016</u>	Dispõe sobre o serviço de turismo em motocicletas e motociclos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7498, de 06 de dezembro de 2016</u>	Limita os gastos com publicidade e propaganda do governo do Estado do Rio de Janeiro pelos próximos 4 anos.
<u>Lei Estadual nº 7491, de 21 de novembro de 2016</u>	Obriga as empresas que prestam serviços ao Estado do Rio de Janeiro o fornecimento das informações que menciona e dá outras providências.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Estadual nº 7484, de 08 de novembro de 2016</u>	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.892, de 1º de novembro de 2006, "que dispõe sobre os produtos que compõem a cesta básica no âmbito do Estado do Rio de Janeiro".
<u>Lei Estadual nº 7483, de 08 de novembro de 2016</u>	Reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira declarado pelo decreto nº 45.692, de 17 de junho de 2016, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7486, de 08 de novembro de 2016</u>	Altera a lei nº 3.879, de 25 de junho de 2002, "que obriga os bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e motéis a colocarem, à disposição dos fregueses deficientes visuais, cardápios em braile" e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7482, de 31 de outubro de 2016</u>	Dispõe sobre a reserva de vagas em estacionamentos de shopping centers, centros comerciais e hipermercados para gestantes e pessoas com crianças de colo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7478, de 31 de outubro de 2016</u>	Dispõe sobre a aplicação de multa pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções, resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais, revogando a lei nº 5.784, de 16 de julho de 2010.
<u>Lei Estadual nº 7468, de 26 de outubro de 2016</u>	Declara como patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro as barracas de praia utilizadas para comércio informal.
<u>Lei Estadual nº 7467, de 18 de outubro de 2016</u>	Determina constar, em editais de licitações para aquisição ou locação de novas viaturas policiais e de condução de presos, a especificação de para-brisas blindados na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7463, de 18 de outubro de 2016</u>	Regulamenta os procedimentos para armazenamento de águas pluviais e águas cinzas para reaproveitamento e retardo da descarga na rede pública e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7462, de 18 de outubro de 2016</u>	Proíbe qualquer tipo de trote em calouros das universidades e faculdades localizadas no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7461, de 18 de outubro de 2016</u>	Dispõe sobre a divulgação obrigatória, nos estabelecimentos bancários e similares, situados em todo o Estado do Rio de Janeiro, da proibição de venda casada de produtos ou serviços e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7458, de 18 de outubro de 2016</u>	Dispõe sobre o fornecimento pela secretaria competente de protocolo de atendimento quando da solicitação documento para acesso a instituições penitenciárias.
<u>Lei Estadual nº 7454, de 18 de outubro de 2016</u>	Autoriza o poder executivo a reduzir a jornada de trabalho de servidores públicos ou militares que sejam legalmente



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

	responsáveis por pessoa com deficiência que requeiram atenção permanente.
<u>Lei Estadual nº 7451, de 18 de outubro de 2016</u>	Trata da transparência na realização de testes ou exames psicotécnicos, bem como de pesquisas, investigações sociais ou outros mecanismos relacionados à análise da conduta progressiva de candidatos a cargos públicos, bem como assegura o acesso aos motivos de sua reprovação, ou não seleção, em face de tais instrumentos e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7449, de 13 de outubro de 2016</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de recolhimento e disposição final ambientalmente adequada aos animais mortos em estradas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7448, de 13 de outubro de 2016</u>	Cria subtítulo nos Registros de ocorrência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro denominado "feminicídio".
<u>Lei Estadual nº 7447, de 13 de outubro de 2016</u>	Dispõe sobre a afixação de cartazes explicativos e de treinamento dos professores sobre as técnicas conhecidas como "Manobra de Heimlich" e "Tapotagem" em creches públicas e particulares no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7443, de 07 de outubro de 2016</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação ou adaptação de provedores de roupas, calçados, similares e demais artigos, que integram o vestuário feminino e masculino, acessíveis às populações com deficiência e/ou mobilidade reduzida, nos locais que especifica, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7439, de 05 de outubro de 2016</u>	Revoga o parágrafo único do artigo 19 da Lei nº 5042, de 12 de junho de 2007, que "disciplina o cadastramento de estabelecimento destinado ao corte ou ao desmonte de veículos automotores terrestres e dá outras providências".
<u>Lei Estadual nº 7435, de 29 de setembro de 2016</u>	Altera a lei nº 4.358, de 21 de junho de 2004 que dispõe sobre a divulgação em estabelecimentos públicos dos crimes e das penas relativas a prostituição e a exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7434, de 29 de setembro de 2016</u>	Dispõe sobre atendimento diferenciado para portadores de diabetes no estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7432, de 26 de setembro de 2016</u>	Dispõe sobre os procedimentos adotados na realização dos convênios para a consignação de empréstimos mediante desconto em folha de pagamento a servidores públicos civis e militares, aposentados e pensionistas, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7406, de 03</u>	Dispõe sobre a emissão de comprovante de agendamento de



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>de agosto de 2016</u>	vistoria pelo DETRAN-RJ e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7404, de 03 de agosto de 2016</u>	Altera a Lei 6614, de 06 de dezembro de 2013, que proíbe os anúncios que especifica, na forma em que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7403, de 22 de julho de 2016</u>	Dispõe sobre o efetivo mínimo de policiais do sexo feminino nas Delegacias de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7402, de 18 de julho de 2016</u>	Determina que pessoas feridas em acidentes de trânsito sejam levadas, pelo Corpo de Bombeiros, para hospitais conveniados aos seus planos de saúde.
<u>Lei Estadual nº 7401, de 18 de julho de 2016</u>	Dispõe sobre a garantia de acessibilidade para os deficientes visuais e pessoas com baixa visão na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7400, de 18 de julho de 2016</u>	Isenta as instalações sedes de eventos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 da obrigação de manterem depósito para guarda de armas, instituída na forma da lei nº 3.716, de 26 de novembro de 2001.
<u>Lei Estadual nº 7399, de 18 de julho de 2016</u>	Suspende, por tempo determinado, direitos de uso e o acesso gratuito ao Maracanã.
<u>Lei Estadual nº 7394, de 14 de julho de 2006</u>	Altera a Lei nº 6590, de 18 de novembro de 2013, que obriga os bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como cantinas e quiosques, que funcionam dentro das escolas da rede particular de ensino, a divulgarem as informações que menciona - referentes à presença e à discriminação de quantidades em suas tabelas nutricionais dos alimentos comercializados em seus estabelecimentos.
<u>Lei Estadual nº 7393, de 14 de julho de 2016</u>	Obriga as instituições bancárias, que recebem, com exclusividade, taxas, tributos e impostos estaduais, a imprimirem as guias de recolhimento para os clientes, no ato do pagamento.
<u>Lei Estadual nº 7389, de 14 de julho de 2016</u>	Dispõe sobre a instalação de terminais eletrônicos de consulta de preços nos supermercados e hipermercados situados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7388, de 14 de julho de 2016</u>	Dispõe sobre a criação do programa de banco de remédios doados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7329, de 08 de julho 2016</u>	Institui, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei de Diretrizes para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas com Deficiência e Mobilidade reduzida e dá outras providências.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Estadual nº 7328, de 07 de julho 2016</u>	Altera a Lei 4946, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de lacres de segurança nas embalagens dos produtos fabricados pela indústria de cosméticos que são comercializados no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7327, de 07 de julho de 2016</u>	Dispõe assegurar, através do sistema único de saúde, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o acesso dos diabéticos ao teste de anticorpos antiga para identificação do tipo específico de diabetes.
<u>Lei Estadual nº 7326, de 07 de julho de 2016</u>	Dispõe sobre a afixação de cartazes na parte externa dos elevadores das edificações públicas e privadas, alertando na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7324, de 30 de junho 2016</u>	Dispõe sobre a instalação de câmeras de segurança nos depósitos de armamentos da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7323, de 30 de junho 2016</u>	Dispõe sobre a gratuidade na emissão da primeira emissão da carteira de identidade e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7314, de 15 de junho 2016</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade das maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres da rede pública e privada do Estado do Rio de Janeiro em permitir a presença de doulas durante o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente.
<u>Lei Estadual nº 7309, de 13 de junho 2016</u>	Dispõe sobre a disponibilização de espaço nos estabelecimentos hospitalares públicos para a criação de biblioteca, no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7308, de 10 de junho 2016</u>	Dispõe sobre a instalação de circuito interno de TV nos museus, órgãos culturais e instituições afins do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7299, de 03 de junho 2016</u>	Dispõe sobre o estabelecimento de processos consultivos para a indicação de diretores e diretores adjuntos das instituições de ensino integrantes da rede da Secretaria de Estado de Educação e da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC.
<u>Lei Estadual nº 7289, de 30 de maio de 2016</u>	Dispõe sobre alteração da Lei nº 6746, de 08 de abril de 2014 que versa sobre o Estatuto da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7283, de 25 de maio 2016</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de monitoramento nos estacionamentos de pontos de paradas de caminhões nas rodovias do estado do Rio de Janeiro.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Estadual nº 7281, de 25 de maio 2016</u>	Altera a lei nº 3.397, de 08 de maio de 2000, para incluir a obrigatoriedade de apresentação da identidade profissional para a confecção de carimbos no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7275, de 17 de maio de 2016</u>	Torna obrigatório a presença de desfibrilador nos locais que menciona e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7271, de 2 de maio de 2016</u>	Autoriza o poder executivo a criar nos hospitais do estado do Rio de Janeiro o tratamento de oxigenoterapia hiperbárica.
<u>Lei Estadual nº 7267 de, 26 de abril 2016</u>	Institui pisos salariais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7263, de 25 de abril 2016</u>	Dispõe sobre o registro das placas dos veículos que trafegam nas praças de pedágio no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7256, de 11 de abril 2016</u>	Altera dispositivos da Lei nº 6.456, de 3 de junho de 2013, que “dispõe sobre a dispensa de registro dos contratos de leasing de veículos em cartório no âmbito do Estado do Rio de Janeiro” e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7.252, de 05 de abril de 2016</u>	Institui, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a política estadual de incentivo e fomento a feiras gastronômicas e à comercialização de alimentos em trailers, vans, caminhões e veículos similares conhecidos como “food trucks” e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7250, de 04 de abril de 2016</u>	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.733, de 23 de março de 2006, que dispõe sobre a destinação de espaços exclusivos para mulheres nos sistemas ferroviário e metroviário do estado do rio de janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7.226, 08 de março de 2016</u>	Altera a redação da lei nº 3.451, de 28 de agosto de 2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem afixados, nos gabinetes médicos e em painéis próprios na recepção dos hospitais da rede estadual, os nomes, horários, dias de plantão e especialidades dos médicos lotados.
<u>Lei Estadual nº 7225 de 01 de março 2016</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes, nos estabelecimentos comerciais que oferecem serviços de aplicação de tatuagem permanente, informando o impedimento de doação de sangue por um ano, a contar da aplicação.
<u>Lei Estadual nº 7216, de 18 de janeiro 2016</u>	Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas a saúde pública no estado do rio de janeiro e dá outras providências.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Estadual nº 7213, de 18 de janeiro 2016</u>	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4892, de 1º de novembro de 2006, que dispõe sobre os produtos que compõem a cesta básica no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7209, de 14 de janeiro 2016</u>	Altera a lei nº 3.162, de 30 de dezembro de 1998, para dispor sobre o período de armazenamento de imagens nos estabelecimentos bancários.
<u>Lei Estadual nº 7203, de 11 de janeiro 2016</u>	Autoriza o poder executivo a providenciar junto às concessionárias de serviços públicos de transportes de passageiros a instalação de dispositivos e localização e de orientação dos usuários nas saídas das respectivas estações de embarque e desembarque.
<u>Lei Estadual nº 7202, de 08 de janeiro 2016</u>	Proíbe a cobrança de taxa de repetência, taxa sobre disciplina eletiva e taxa de prova por parte das instituições particulares de ensino superior no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7196, de 07 de janeiro 2016</u>	Autoriza o Poder Executivo a instituir o "Programa Ecolavagem", no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7195, de 7 de janeiro de 2016</u>	Dispõe sobre a docência em educação física, na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, em escolas públicas e particulares, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7194, de 7 de janeiro de 2016</u>	Dispõe sobre a possibilidade de utilização de animais para fretamento de carroças e charretes no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7191, de 06 de janeiro de 2016</u>	Dispõe sobre o direito ao parto humanizado na rede pública de saúde no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7181, de 28 de dezembro de 2015</u>	Dispõe sobre a determinação de serem realizados presencialmente cursos de Atualização e de reciclagem bem como cursos para obtenção da primeira habilitação junto ao Detran/RJ e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7167, de 21 de dezembro de 2015</u>	Dispõe sobre concursos públicos no âmbito do estado do rio de janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7151, de 17 de dezembro de 2015</u>	Torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os órgãos da administração pública direta e indireta e estabelecimentos privados de atendimento à saúde do Estado do Rio de Janeiro,



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

	informando sobre o teor da Lei Federal nº 7.498, de 25 de junho de 1986.
<u>Lei Estadual nº 7150, de 17 de dezembro de 2015</u>	Institui nos hospitais localizados no Estado do Rio de Janeiro o "Programa Enfermagem" e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7147, de 17 de dezembro de 2015</u>	Obriga os bares, lanchonetes e restaurantes situados no estado do Rio de Janeiro, a divulgarem o número do telefone do "disque segurança alimentar – ALERJ".
<u>Lei Estadual nº 7146, de 17 de dezembro de 2015</u>	Concede ao servidor público estadual o direito a folga remunerada após a realização de sessão de quimioterapia ou radioterapia a que tenha de se submeter, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7145, de 17 de dezembro de 2015</u>	Dispõe sobre a criação do programa "cadeira de rodas motorizada para pessoas com distrofia muscular progressiva", para cessão gratuita, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7125, de 10 de dezembro de 2015</u>	Torna obrigatória a divulgação dos telefones dos órgãos policiais em pet shops, clínicas veterinárias e similares, visando o combate aos maus tratos a animais silvestres, domésticos ou domesticados.
<u>Lei Estadual nº 7123, de 08 de dezembro 2015</u>	Altera a lei nº 4.291, de 22 de março de 2004 e dá outras providências.
<u>Lei nº 7118, de 30 de novembro 2015</u>	Altera dispositivos da lei 5421 de 31 de março de 2009 e dá outras providências.
<u>Lei nº 7115, de 24 de novembro 2015</u>	Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7111 de 23 de novembro 2015</u>	Altera a ementa e o art. 1º da lei nº 4582, de 25 de julho de 2005, que dispõe sobre a realização dos exames oftalmológicos nos recém nascidos.
<u>Lei Estadual nº 7110, de 19 de novembro 2015</u>	Regulamenta o acesso, em propriedades públicas e privadas, de agentes de saúde e vigilância epidemiológica, em casos de iminente risco de epidemia ou situação de epidemia, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7.109, de 19 de novembro 2015</u>	Regulamenta o serviço de entrega de correspondência e mercadorias realizada por transportadoras ou empresas de entregas expressas no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7.106, de 18</u>	Cria o programa de redistribuição de alimentos excedentes e dá



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>de novembro de 2015</u>	outras providencias.
<u>Lei Estadual nº 7.105, de 16 de novembro de 2015</u>	Fica criado o sistema cicloviário no Estado do Rio de Janeiro, como incentivo ao uso de bicicletas para o transporte, contribuindo para o desenvolvimento da mobilidade sustentável.
<u>Lei Estadual nº 7.103, de 13 de novembro 2015</u>	Altera a lei nº 3.576, de 06 de junho de 2001 que "dispõe sobre o funcionamento de clínicas e/ou consultório de estética e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7.102, de 13 de novembro de 2015</u>	Institui o Programa Estadual de Tratamento da Apneia do Sono e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7083, de 16 outubro 2015</u>	Dispõe sobre a venda e o consumo de bebidas nas arenas desportivas e estádios no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7082, de 15 outubro 2015</u>	Que altera os dispositivos da lei nº 4511, de 13 de janeiro de 2005, que obriga as empresas de segurança privada a acionarem de imediato a polícia assim que for detectada uma emergência por seus clientes.
<u>Lei Estadual nº 7056, de 28 de agosto de 2015</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de hotéis e os demais meios de hospedagem no âmbito do estado do Rio de Janeiro, comunicar ao cliente, preços de produtos e serviços no ato da reserva do estabelecimento.
<u>Lei Estadual nº 7055, de 28 de agosto de 2015</u>	Autoriza a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro a definir critérios para o acesso de mulheres ao exame de mamografia, garantindo também o amplo acesso aos exames e sem exigência da avaliação unilateral.
<u>Lei Estadual nº 7049, de 25 de agosto de 2015</u>	("Lei Angelina Jolie") - Dispõe sobre a realização de exames de detecção de mutação genética dos genes BRCA1 e BRCA2 em mulheres com histórico familiar do diagnóstico de câncer de mama ou de ovário em todo o estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7048 de 24 de julho de 2015</u>	Altera a lei nº 2403, de 24 de maio de 1995, para dispor sobre a vedação da fabricação, da venda, da comercialização, do transporte e da distribuição de réplicas ou simulacros de armas de brinquedo, e instituir a semana do desarmamento infanto-juvenil.
<u>Lei Estadual nº 7041, de 15 de julho de 2015</u>	Estabelece penalidades administrativas aos estabelecimentos e agentes públicos que discriminem as pessoas por preconceito de sexo e orientação sexual e dá outras providências.
<u>Lei Estadual 7.013, de 26 de</u>	Torna obrigatória a divulgação do Serviço Viva Voz 132 do



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada/ Áreas do Direito

<u>maio de 2015</u>	Governo Federal, que orienta e informa sobre a prevenção e o uso de drogas.
<u>Lei Estadual 7.012, de 26 de maio de 2015</u>	Autoriza o Poder Executivo a criar o Regime Assistencial Especial de atendimento de emprego e renda às mulheres vítimas de violência conjugal no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7011, de 25 de maio de 2015</u>	Dispõe sobre o sistema de revista de visitantes nos estabelecimentos de atendimento ao cumprimento de medidas sócio-educativas privativas de liberdade do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7010, de 25 de maio de 2015</u>	Dispõe sobre o sistema de revista de visitantes nos estabelecimentos prisionais do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7006, de 15 de maio de 2015</u>	Concede prioridade para atendimento nas Delegacias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro a crianças, adolescentes e Conselheiros Tutelares no exercício da sua função e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6993, de 05 de maio de 2015</u>	Institui o Programa de Envelhecimento Ativo – PEA, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6986, de 17 de abril de 2015</u>	Proíbe a prestação de serviços de vigilância por cães de guarda com fins lucrativos, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6985, de 17 de abril de 2015</u>	Disciplina a prestação de serviços por provedores de acesso a internet, provedores de hospedagem, sites de relacionamento, ou qualquer outro serviço de uso contínuo, cuja utilização seja remunerada, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6984, de 13 de abril de 2015</u>	Altera a Lei 2519, de 17 de janeiro de 1996, que institui a cobrança da meia-entrada em estabelecimento culturais e de lazer do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6983, de 31 de março de 2015</u>	Institui pisos salariais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6970, de 03 de março de 2015</u>	Dispõe sobre os estágios dos alunos oriundos de Cursos Técnicos Públicos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6969, de 03 de março de 2015</u>	Destina reserva de assentos aos idosos e portadores de deficiência nos terminais rodoviários localizados no Estado.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Estadual nº 6963, de 16 de janeiro de 2015</u>	Consolida os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas e comissionadas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6961 de 15 de janeiro de 2015</u>	Dispõe sobre a divulgação do Serviço de Disque-Denúncia Nacional de Violência Contra a Mulher e do SOS Mulher da ALERJ, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6929, de 01 de dezembro de 2014</u>	Obriga as empresas de comunicação sediadas ou com sucursal no estado do Rio de Janeiro a adquirir equipamentos de segurança para coberturas jornalísticas em situações que representem risco à integridade física dos profissionais de comunicação no exercício de sua atividade.
<u>Lei Estadual nº 6927, de 01 de dezembro de 2014</u>	Obriga a empresas de telefonia móvel, situadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a enviarem mensagem aos consumidores, dispendo sobre o limite da franquia contratada.
<u>Lei Estadual nº 6923, de 26 de novembro de 2014</u>	Ficam os hipermercados, supermercados, mercados e afins obrigados a acomodarem, para exibição única, específica e de destaque, produtos alimentícios recomendados para pessoas com doença celíaca e intolerantes à lactose.
<u>Lei Estadual nº 6920, de 13 de novembro de 2014</u>	altera a Lei nº 2.650, de 05 de dezembro de 1996, que obriga os centros comerciais e supermercados a terem cadeira de rodas para atender a clientela circunstancialmente necessitada de uso deste equipamento.
<u>Lei Estadual nº 6914, de 06 de novembro de 2014</u>	Dispõe sobre sistema de ingresso nos Cursos de Pós-Graduação, compreendendo programas de Mestrado e Doutorado, Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento nas Universidades Públicas Estaduais e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6897, de 24 de setembro de 2014</u>	Dispõe no âmbito do Estado do Rio de Janeiro sobre a informação aos motoristas pelo Detran-RJ a respeito da suspensão e cassação da CNH e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6912, de 30 de outubro de 2014</u>	Altera o art. 4º da Lei 6084, de 22 de novembro de 2011, que institui o Programa de Prevenção e Conscientização do Assédio Moral e violência no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6907 de 14 de outubro de 2014</u>	Dispõe sobre serviços funerários em situações de desastres atendidos pela Defesa Civil.
<u>Lei Estadual nº 6906, de 14 de outubro de 2014</u>	Altera a redação do caput do artigo primeiro da Lei 5939, de 04 de abril de 2011.



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Estadual nº 6904, de 09 de outubro de 2014</u>	Altera a Lei nº 1.941, de 30 de dezembro de 1991, incluindo no rol dos seus beneficiários, as pessoas com mobilidade reduzida e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6901, de 02 de outubro de 2014</u>	Dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6802, de 18 de junho de 2014</u>	Institui o programa de compromisso das Empresas e Órgãos Públicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com as condições de acessibilidade em calçadas e vias públicas.
<u>Lei Estadual nº 6796, de 04 de junho de 2014</u>	Dispõe sobre a campanha educativa visando a conscientização para o enfrentamento da exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres nos grandes eventos realizados no estado do Rio de Janeiro
<u>Lei Estadual nº 6784 de 22 de maio de 2014</u>	Obriga as federações de artes marciais instaladas no estado do Rio de Janeiro a terem registro próprio em seus quadros de todos os que obtenham grau de mestre, faixa preta ou equivalentes.
<u>Lei Estadual nº 6786, de 22 de maio de 2014</u>	Autoriza a recusa por parte dos estabelecimentos comerciais quanto à revelação e gravação dos materiais que especifica
<u>Lei Estadual nº 6.772, de 09 de maio de 2014</u>	Altera a lei nº 5.837, de 11 de novembro de 2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de dispositivos para interromper o processo de sucção em piscinas e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6767, de 06.05.2014</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade do Detran em anexar ao Certificado de Registro e Licenciamento de veículos (CRLV) no momento de sua renovação anual a cópia da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008 e a devida afixação de cartaz em todos os locais de atendimento do Detran, contendo a íntegra da referida lei e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6765, de 05 de maio de 2014</u>	Dispõe sobre a prática de atividades físicas e esportivas em clubes, academias e estabelecimentos similares, e dá outras providências
<u>Lei nº 6762 de 29 de abril de 2014</u>	Dá nova redação a Ementa e ao art. 1º da Lei nº 6326, de 26 de setembro de 2012 (Obriga os parques de diversões, circos e casas de festas, a afixarem, nas bilheterias, de forma visível ao consumidor, o certificado de aprovação, a autorização para funcionamento e o alvará de licença, em todo o Estado do Rio de Janeiro).



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>Lei Estadual nº 6740, de 02 de abril de 2014</u>	Altera a lei nº 6067, de 25 de outubro de 2011.
<u>Lei Estadual nº 6718, de 21 de março de 2014</u>	Obriga as empresas sediadas no estado do rio de janeiro que comercializam bens e serviços pela internet a exibirem a opção de redirecionamento automático para os sítios do PROCON-RJ em suas respectivas páginas na internet.
<u>Lei Estadual nº 6717, de 18 de março de 2014</u>	Proíbe o ingresso ou permanência de pessoas utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face, nos estabelecimentos comerciais, públicos ou abertos ao público.
<u>Lei Estadual nº 6713, de 14 de março de 2014</u>	Torna obrigatória a disponibilização de mobiliário adequado para alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida em estabelecimentos de ensino no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6711, de 14 de março de 2014</u>	Altera a lei nº 5.318, de 17 de novembro de 2008, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos farmacêuticos e drogarias, estabelecidas no estado do rio de janeiro, de afixar cartaz para esclarecer as hipóteses de substituição de medicamento prescrito por médico e dá outras providências"
<u>Lei Estadual nº 6710, de 14 de março de 2014</u>	Altera art. 1º da lei nº 3884, de 25 de junho de 2002, dispendo sobre isenção de pagamento para utilização dos banheiros públicos as pessoas maiores de 60 anos.
<u>Lei Estadual nº 6568, de 29 de outubro de 2013.</u>	Torna obrigatória a utilização de identificador eletrônico de vagas nos estacionamentos pagos dos shoppings centers, centros comerciais, supermercados, hipermercados, edifícios garagem e rodoviárias e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6558, de 16 de outubro de 2013.</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção e disponibilização de desfibrilador cardíaco externo automático, nas estações rodoviárias, de barcas, metrô e trens, no âmbito do estado do rio de janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6545, de 02 de outubro de 2013.</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames clínicos para a prática de educação física nas escolas, no âmbito do estado do rio de janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6544, de 26 de setembro de 2013.</u>	Dispõe sobre a instalação de placas de informação sobre postos de combustíveis existentes nas rodovias estaduais.
<u>Lei Estadual nº 6537, de 18</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação dos médicos em



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>de setembro de 2013.</u>	seus locais de trabalho.
<u>Lei Estadual nº 6530, de 12 de setembro de 2013.</u>	Dispõe sobre a instalação de painel informativo, com relação de medicamentos disponíveis para entrega imediata, em todas as unidades da rede pública do estado do rio de janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6522, de 02 de setembro de 2013.</u>	Altera dispositivos da lei nº 2.621, de 11 de setembro de 1996, que torna obrigatória a inclusão da informação sobre o tipo sanguíneo do portador na carteira de identidade.
<u>Lei Estadual nº 6503, de 16 de agosto de 2013.</u>	Obriga os estabelecimentos bancários dotados de porta com detector de metais a disponibilizarem guarda-volumes gratuitamente a seus clientes.
<u>Lei Estadual nº 6502, de 16 de agosto de 2013.</u>	Dispõe sobre a divulgação, no âmbito dos serviços notariais do estado do rio de janeiro, do direito de realizar separação consensual e divórcio consensual por meio de escritura pública.
<u>Lei Estadual nº 6498, de 18 de julho de 2013</u>	Institui programa de aproveitamento de alimentos não consumidos no estado do rio de janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6483, de 04 de julho de 2013</u>	Dispõe sobre a aplicabilidade das penalidades administrativas, motivadas pela prática de atos de discriminação racial.
<u>Lei Estadual nº 6467, de 10 de junho de 2013.</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação e manutenção de cadastro unificado para informação a parentes sobre presos, hospitalizados e albergados nas condições que especifica e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6465, de 06 de junho de 2013.</u>	Obriga as Agências Reguladoras de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro a prestar Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) 24 horas, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 6456, de 03 de junho de 2013.</u>	Dispõe sobre a dispensa de Registro dos Contratos de Leasing de Veículos em Cartório no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6450, de 15 de maio de 2013.</u>	Dispõe sobre o custeio de prestação de serviços de natureza jurídica com o fim que se especifica, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6341, de 09 de novembro de 2012.</u>	Dispõe sobre o cancelamento do serviço prestado por operadoras de telefonia móvel, fixa e afins, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 6337, de 05 de novembro de 2012.</u>	Obriga as concessionárias dos serviços de internet a cancelarem a multa de fidelidade na forma que menciona.
<u>Lei Estadual, nº 6.263, de 18 de</u>	Altera a Lei Estadual nº 4933, de 20 de dezembro de



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

<u>junho de 2012.</u>	2006.
<u>Lei Estadual nº 6.256, de 01 de junho de 2012.</u>	Alteram-se as Leis nº 2.800, de 26 de setembro de 1997, e nº 5.108, de 11 de outubro de 2007, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6.241, de 18 de maio de 2012.</u>	Os estabelecimentos que promovem eventos culturais, artísticos, esportivos e de lazer, públicos e privados, localizados no âmbito do estado do rio de janeiro, ficam obrigados a afixar placa em local visível e próximo das bilheterias informando o direito do idoso, conforme o artigo 23 da lei federal nº 10741, de 01/10/03, com os dizeres que menciona.
<u>Lei Estadual nº 6.225, de 24 de abril de 2012.</u>	Estabelece normas para a comprovação de residência no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6.224, de 24 de abril de 2012.</u>	Obriga os bancos e demais instituições financeiras situadas no estado do Rio de Janeiro a possuírem, em local acessível e visível aos consumidores, tabela dos produtos e serviços gratuitos.
<u>Lei Estadual nº 6.216, de 20 de abril de 2012.</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3d) no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6.153, de 5 de janeiro de 2012.</u>	Dispõe sobre a proibição de venda, oferta, fornecimento, entrega e permissão de consumo de bebida alcoólica aos menores de 18 (dezoito) anos, no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6.110, de 13 de dezembro de 2011.</u>	Altera a <u>Lei Estadual nº 5.645, de 06 de janeiro de 2010</u> , instituindo, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o "Dia da Justiça Estadual".
<u>Lei Estadual nº 6.103, de 08 de dezembro de 2011.</u>	Dispõe sobre a regulamentação da cobrança de taxa de conveniência pelas empresas prestadoras de serviço de venda de ingressos pela internet ou telefone no estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6.085, de 22 de novembro de 2011.</u>	Altera <u>Lei Estadual nº 4.223, de 24 de novembro de 2003</u> , para determinar obrigações às agências bancárias, no estado do Rio de janeiro, em relação ao atendimento dos usuários e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6075, de 11 de novembro de 2011.</u>	Obriga as concessionárias a divulgarem informações relativas aos direitos dos motoristas que trafegam pelas



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada/ Áreas do Direito

	rodovias concedidas no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6067, de 25 de outubro de 2011.</u>	Dispõe sobre reserva de vagas para negros e índios nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos integrantes dos quadros permanentes de pessoal do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e das entidades de sua administração indireta.
<u>Lei Estadual nº 6059, de 07 de outubro de 2011.</u>	Proíbe o tratamento discriminatório às gestantes que participam de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 5978, de 24 de maio de 2011.</u>	Dispõe que os Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado do Rio de Janeiro, bem como os Órgãos Autônomos e Empresas sob o controle Estatal adotarão, preferencialmente, formatos abertos de arquivos para criação, armazenamento e disponibilização digital de documentos.
<u>Lei Estadual nº 5938, de 4 de abril de 2011.</u>	Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública estadual e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5931, 25 de março de 2011.</u>	Dispõe sobre a criação da delegacia de crimes raciais e delitos de intolerância – DECRADI.
<u>Lei Complementar nº 140, de 18 de março de 2011.</u>	Extingue o estágio experimental no âmbito da Administração Pública do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 5875, de 13 de janeiro de 2001.</u>	Altera a redação da <u>Lei 3926, de 23 de agosto de 2002</u> , que dispõe sobre a obrigatoriedade de entoar o Hino Nacional no início das competições esportivas oficiais.
<u>Lei Estadual nº 5871, de 13 de janeiro de 2001.</u>	Altera o artigo 1º da <u>Lei nº 854, de 03 de junho de 1985</u> .
<u>Lei nº 5823, de 20 de setembro de 2010.</u>	Obriga as concessionárias de serviço público a dar publicidade aos telefones das ouvidorias das agências reguladoras de serviço público, na forma que menciona.
<u>Lei estadual nº 5689, de 08 de abril de 2010.</u>	Altera a Lei nº 3899, de 19 de julho de 2002, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5671, de 25 de</u>	Altera a <u>Lei Estadual nº 5059, de 5 de julho de 2007</u> .



Direito Administrativo

Banco do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada/ Áreas do Direito

<u>março de 2010.</u>	(Tratamento Preferencial)
<u>Lei Estadual nº 5670, de 25 de março de 2010.</u>	Dispõe sobre a orientação relativa ao seguro DPVAT nas rodovias estaduais concedidas e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5427, de 01 de abril de 2009.</u>	Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Data da atualização: 04.05.2018

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjri.jus.br